

Marcos Eduardo Mendes Braga¹;

Faculdade Iguaçu (FI), Juazeiro do Norte, Ceará.

<http://lattes.cnpq.br/3291184249405084>

Kildery Marques de Abrantes²;

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Sousa, Paraíba.

<http://lattes.cnpq.br/0941385550698753>

Francisca Moraes da Silva³;

Faculdade Iguaçu (FI), Fortaleza, Ceará.

<http://lattes.cnpq.br/7078989114153881>

Maria dos Remédios Carvalho⁴;

Centro Universitário UNIBF (UNIBF), Fortaleza, Ceará.

<http://lattes.cnpq.br/9391486400604833>

Francielli Sampaio Rios de Sousa⁵;

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará.

<http://lattes.cnpq.br/7071209413037253>

Tânia Conceição Camargo Ferreira⁶;

Plenitude Educação EAD (PE-EAD), Fortaleza, Ceará.

<http://lattes.cnpq.br/5842305362792178>

Rosilene Muniz da Silva Oliveira⁷.

Universidade Paulista (UNIP), Fortaleza, Ceará.

RESUMO: A segurança alimentar e nutricional constitui um dos pilares centrais da saúde coletiva, especialmente em um cenário marcado por desigualdades persistentes, impactos da pandemia de COVID-19, retrações nas políticas públicas e transformações no ambiente alimentar. Este estudo analisou 32 publicações recentes identificadas na Biblioteca Virtual em Saúde, selecionadas após busca estruturada com os descritores “saúde coletiva” e “segurança alimentar”, com filtros para texto completo, bases MEDLINE e LILACS, idiomas português e inglês, período de 2020 a 2025 e exclusão de revisões e guias. Os resultados evidenciam que a insegurança alimentar decorre de múltiplos determinantes, incluindo condições socioeconômicas, políticas de austeridade, precarização do trabalho,

desigualdades territoriais e mudanças ambientais. Os estudos destacam impactos relevantes sobre populações vulnerabilizadas, como trabalhadores precarizados, famílias acompanhadas pela Estratégia Saúde da Família, comunidades quilombolas e moradores de grandes centros urbanos. Observou-se ainda que a segurança alimentar se articula diretamente com a promoção da saúde, o direito humano à alimentação adequada e a intersectorialidade das políticas públicas. Conclui-se que o fortalecimento da segurança alimentar exige abordagens integradas que considerem território, participação social, políticas estáveis e promoção da equidade, reafirmando sua centralidade para a saúde coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança alimentar. Saúde coletiva. Insegurança alimentar. Políticas públicas. Determinantes sociais.

FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY AS A PILLAR OF PUBLIC HEALTH

ABSTRACT: Food and nutritional security is a central pillar of public health, particularly in contexts marked by persistent inequalities, the effects of the COVID-19 pandemic, policy setbacks, and transformations in the food environment. This study analyzed 32 scientific publications identified in the Virtual Health Library, selected after a structured search using the descriptors “collective health” and “food security,” filtered for full-text availability, MEDLINE and LILACS indexing, Portuguese and English languages, the 2020–2025 period, and exclusion of reviews and clinical guidelines. The findings indicate that food insecurity results from multiple determinants, including socioeconomic vulnerability, austerity policies, labor precarization, territorial disparities, and environmental changes. Studies highlight major impacts on vulnerable groups such as precarious delivery workers, families followed by the Family Health Strategy, quilombola communities, and residents of large urban centers. Evidence also reinforces that food security is intrinsically linked to health promotion, the human right to adequate food, and intersectoral public policies. Strengthening food security requires integrated approaches that consider territorial dynamics, social participation, stable public policies, and equity promotion, reaffirming its strategic role in collective health.

KEY-WORDS: Food security. Public health. Food insecurity. Public policies. Social determinants.

INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional consolidou-se como um dos fundamentos centrais da saúde coletiva, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades estruturais e vulnerabilidades persistentes. A noção contemporânea de segurança alimentar, reconhecida internacionalmente, ultrapassa a garantia de acesso físico aos alimentos e incorpora dimensões como qualidade nutricional, estabilidade da oferta, sustentabilidade

dos sistemas alimentares e respeito às práticas culturais de cada território. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a fome voltou a crescer em escala global após 2020, atingindo aproximadamente 735 milhões de pessoas, resultado associado às crises econômicas, às mudanças climáticas e aos impactos prolongados da pandemia de COVID-19 (FAO, 2023). Esse cenário mostra que a segurança alimentar é, antes de tudo, um determinante social da saúde, influenciando diretamente o processo saúde-doença e os indicadores populacionais.

No Brasil, as políticas públicas em segurança alimentar ganharam força com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que integrou ações intersetoriais envolvendo saúde, assistência social, agricultura e educação. Estudos recentes mostram que a insegurança alimentar agravou-se entre famílias de baixa renda e grupos historicamente vulnerabilizados, como mulheres chefes de família, populações negras e residentes em áreas periféricas urbanas (Rede PENSSAN, 2022). Pesquisas em saúde coletiva têm destacado que a precarização do trabalho, a redução da renda e o aumento dos preços dos alimentos básicos são fatores que repercutem diretamente nas condições de vida e na capacidade das famílias de manter uma alimentação adequada (Santos; Silva; Prado, 2021). Diante desse contexto, a segurança alimentar não pode ser compreendida apenas como uma política de abastecimento, mas como parte intrínseca das políticas de promoção da saúde.

O contexto pós-pandêmico revelou ainda mais a centralidade da alimentação saudável e do acesso regular aos alimentos como estratégias de fortalecimento da resiliência comunitária. Revisões recentes demonstram que territórios com maior organização comunitária e oferta de serviços de atenção primária conseguiram desenvolver respostas mais eficientes tanto para o combate à insegurança alimentar quanto para a prevenção de agravos relacionados à nutrição, como obesidade infantil e hipertensão arterial (Carvalho; Menezes, 2022). Isso reforça a perspectiva de que a segurança alimentar é parte indissociável da vigilância em saúde e da atenção primária, constituindo um eixo que integra práticas educativas, estratégias de cuidado e ações intersetoriais.

Na saúde coletiva, a alimentação é entendida como prática social, cultural e política. Não se trata apenas de nutrientes ou calorias, mas de modos de vida, relações com o território e formas de organização comunitária. Autores como Azevedo e Recine (2021) destacam que políticas de alimentação e nutrição devem ser analisadas a partir de um olhar ampliado, que considere os determinantes sociais e as múltiplas dimensões da desigualdade, especialmente em um país de dimensões continentais. Essa perspectiva amplia o entendimento de que a segurança alimentar e nutricional é um direito humano fundamental e elemento chave para a equidade em saúde.

Aliado a isso, pesquisadores brasileiros têm alertado para a crescente expansão dos alimentos ultraprocessados e seu impacto negativo na saúde da população, especialmente entre adolescentes e adultos jovens. Evidências mostram que o consumo excessivo desses

produtos está associado ao aumento de obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares, reforçando a necessidade de políticas regulatórias que articulem saúde, educação e proteção social (Monteiro et al., 2021). A promoção da alimentação adequada, nesse sentido, não é apenas uma recomendação individual, mas uma responsabilidade coletiva e institucional.

Portanto, compreender a segurança alimentar e nutricional como pilar da saúde coletiva significa reconhecer sua centralidade na promoção da saúde, na redução das iniquidades e no fortalecimento das capacidades comunitárias. Esse enfoque permite integrar dimensões como soberania alimentar, autonomia das comunidades, promoção de ambientes alimentares saudáveis e o papel estratégico do Sistema Único de Saúde na vigilância e no cuidado nutricional. A partir dessa perspectiva ampliada, a segurança alimentar se reafirma como fundamento indispensável para o desenvolvimento social, a justiça alimentar e o bem-estar das populações.

OBJETIVO

Analisar a segurança alimentar e nutricional como pilar estruturante da saúde coletiva, destacando seus determinantes, impactos na situação de saúde da população e a relevância das políticas públicas intersetoriais na promoção da equidade, da qualidade de vida e da garantia do direito humano à alimentação adequada com a finalidade de contribuir para a ampliação da ótica da sociedade e das políticas públicas sobre a temática.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, estruturado a partir de uma busca sistemática nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com o objetivo de identificar evidências recentes sobre segurança alimentar e nutricional no campo da saúde coletiva. Inicialmente, foi realizado o cruzamento dos descritores “saúde coletiva” AND “segurança alimentar”, resultando em 66 publicações. Em seguida, aplicou-se o filtro “texto completo”, mantendo-se as 66 referências. Para refinar a qualidade e a relevância científica, selecionaram-se apenas estudos indexados nas bases MEDLINE e LILACS, restando 57 documentos.

Posteriormente, os idiomas foram ajustados para português e inglês, reduzindo o total para 55 publicações. Considerando a atualidade do tema e a necessidade de evidências recentes, aplicou-se o filtro temporal referente aos últimos cinco anos (2020–2025), permanecendo as mesmas 55 publicações. Para garantir rigor metodológico, excluíram-se os tipos de estudo classificados como revisões, revisões sistemáticas e guias de prática clínica, restando 32 estudos elegíveis.

Realizou-se então leitura criteriosa dos títulos e resumos, excluindo aqueles que não envolviam segurança alimentar e nutricional direta, não dialogavam com o campo da saúde coletiva, não abordavam processos sociais, ambientais ou políticos relacionados

à alimentação, ou ainda tratavam de temáticas distantes do eixo analítico, como estudos laboratoriais ou investigações centradas exclusivamente em microbiologia de alimentos. Após essa etapa, foram selecionadas seis publicações, consideradas as mais representativas pela relevância temática, diversidade metodológica, aderência à concepção ampliada de saúde coletiva e atualidade: Cabral et al. (2022), Camelo et al. (2023), Ramos (2023), Holanda (2023), Alpino et al. (2020) e Santos, Bernardino e Pedraza (2021).

Essas produções compõem a amostra final analisada, formando um conjunto robusto, recente e diretamente articulado com os determinantes sociais, ambientais e políticos da segurança alimentar e nutricional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das seis publicações selecionadas permite compreender a segurança alimentar e nutricional como um eixo estruturante da saúde coletiva, atravessado por múltiplos determinantes — sociais, econômicos, ambientais e políticos — que moldam o acesso a alimentos adequados e saudáveis. Os resultados evidenciam uma convergência entre os estudos no reconhecimento de que a insegurança alimentar é expressão direta das desigualdades sociais e das vulnerabilidades que se intensificaram no Brasil nos últimos anos.

O estudo de Cabral et al. (2022) contribui significativamente ao propor uma abordagem metodológica multidimensional para avaliação da insegurança alimentar, integrando indicadores socioeconômicos, nutricionais, ambientais e de acesso. O modelo proposto ratifica a concepção ampliada de saúde defendida pela saúde coletiva, permitindo análises mais sensíveis às desigualdades territoriais e às condições de vida. Para os autores, avaliar a insegurança alimentar exige ir além do consumo alimentar, incorporando aspectos como renda, disponibilidade de alimentos, práticas culturais e soberania alimentar. Isso demonstra que políticas públicas devem atuar de forma integrada, e não fragmentada, reforçando a necessidade de ações que articulem vigilância em saúde, assistência social, agricultura familiar e educação.

Os achados de Camelo et al. (2023) reforçam essa perspectiva ao apontar a agricultura urbana como prática promotora de saúde coletiva e ambiental. Os resultados mostram que hortas comunitárias e iniciativas agroecológicas fortalecem a autonomia dos territórios, ampliam a disponibilidade de alimentos frescos e contribuem para vínculos comunitários, além de promoverem benefícios ambientais como redução de ilhas de calor e conservação do solo. A articulação entre saúde e meio ambiente, destacada pelos autores, confirma que a segurança alimentar é atravessada pela sustentabilidade dos sistemas alimentares, dialogando com debates contemporâneos sobre promoção da saúde e determinantes ecológicos.

O estudo de Ramos (2023) revela uma faceta crítica da insegurança alimentar ao analisar trabalhadores de aplicativos em Curitiba. A autora descreve situações de fome cotidiana, longas jornadas, baixa remuneração e ausência de direitos trabalhistas, demonstrando como a precarização do trabalho produz vulnerabilidades nutricionais profundas. Esses achados dialogam com discussão ampliada sobre determinantes sociais da saúde, mostrando que desigualdade e insegurança alimentar estão intrinsecamente relacionadas. Além disso, a pesquisa evidencia a violência estrutural vivida por trabalhadores periféricos, indicando que políticas de segurança alimentar não podem prescindir de políticas trabalhistas e de proteção social.

Holanda (2023) traz contribuições relevantes ao analisar como a pandemia de COVID-19 alterou o ambiente alimentar de varejo em grandes centros urbanos. O estudo mostra a retração da oferta de alimentos frescos e o aumento da presença de ultraprocessados em estabelecimentos de menor porte, especialmente em territórios vulnerabilizados. Para a autora, esses efeitos ampliam riscos nutricionais e aprofundam desigualdades, impactando diretamente o consumo alimentar e a saúde das populações. Esses achados se articulam com evidências internacionais que apontam que ambientes alimentares desfavoráveis contribuem para a elevação da obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis, reforçando a importância de políticas regulatórias e de promoção de ambientes saudáveis.

O estudo de Alpino et al. (2020) complementa a discussão ao analisar a ação governamental durante a pandemia. Os autores identificam retrocessos, como cortes orçamentários e desestruturação de políticas de segurança alimentar e nutricional, elementos que aprofundaram a vulnerabilidade social e aumentaram a fome no país. Essa análise é fundamental para compreender que a segurança alimentar depende de continuidade, financiamento adequado e capacidade institucional do Estado. A fragilização de estruturas como o CONSEA e a redução de investimentos em programas sociais demonstram que a saúde coletiva é diretamente impactada pelas escolhas políticas e pela priorização — ou não — do combate às desigualdades.

Por fim, o estudo de Santos, Bernardino e Pedraza (2021) evidencia a prevalência de insegurança alimentar entre famílias acompanhadas pela Estratégia Saúde da Família (ESF) no interior da Paraíba. Os autores mostram que a ESF desempenha papel essencial no reconhecimento das vulnerabilidades nutricionais e no desenvolvimento de ações educativas, fortalecendo o cuidado territorializado. Esses resultados demonstram que a atenção primária à saúde é ponto estratégico para identificar agravos nutricionais, mapear vulnerabilidades e articular a rede de proteção social.

Em conjunto, os seis estudos revelam um quadro complexo, no qual a segurança alimentar se configura como um determinante transversal da saúde coletiva, influenciado por fatores socioeconômicos, raciais, territoriais, ambientais e políticos. Os resultados reforçam que a insegurança alimentar não pode ser compreendida isoladamente, mas dentro de contextos amplos de desigualdade e políticas públicas. Os estudos concordam que fortalecer

sistemas alimentares sustentáveis, ampliar proteção social, garantir financiamento contínuo e promover ações intersetoriais são caminhos essenciais para consolidar a segurança alimentar como pilar da saúde coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das produções científicas recentes evidencia que a segurança alimentar e nutricional permanece como um dos desafios centrais da saúde coletiva no Brasil, especialmente quando observada a partir das desigualdades estruturais que atravessam o território. Os seis estudos analisados mostram que a segurança alimentar é influenciada por múltiplos determinantes, incluindo condições socioeconômicas, políticas públicas, características do ambiente alimentar, práticas agrícolas, impactos da pandemia de COVID-19 e formas contemporâneas de precarização do trabalho. A literatura recente reforça que a fome, a má alimentação e a desigualdade no acesso à alimentação adequada não são problemas isolados, mas expressões de processos históricos de exclusão, intensificados por crises sanitárias e por políticas governamentais instáveis.

Ao identificar experiências de avaliação, estratégias de promoção da saúde, análises de políticas públicas e estudos sobre populações vulnerabilizadas, observa-se que a segurança alimentar deve ser tratada como eixo estruturante da saúde coletiva, articulando ações intersetoriais entre saúde, assistência social, agricultura, educação e vigilância. Além disso, os estudos destacam que abordagens territorializadas e metodologias participativas fortalecem a capacidade comunitária de enfrentar a insegurança alimentar.

Conclui-se que garantir a segurança alimentar não é apenas assegurar o acesso físico e econômico aos alimentos, mas promover ambientes saudáveis, fortalecer políticas públicas e assegurar o direito humano à alimentação adequada. Assim, a segurança alimentar se confirma como um pilar indispensável para a promoção da equidade e para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

ABRADE, Natália Louise de A. et al. Proposta metodológica para avaliação da insegurança alimentar sob a ótica de suas múltiplas dimensões. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 7, p. 2855-2866, 2022.

ABRADE, Natália Louise de A. **Proposta metodológica para avaliação da insegurança alimentar e nutricional – estudo Brazuca Natal**. 2021. 143 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

ABRADE, Tais de Moura Ariza et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, e00161320, 2020.

ABRADE, Tais de Moura Ariza et al. COVID-19 and food and nutritional (in)security: action by the Brazilian Federal Government during the pandemic, with budget cuts and institutional dismantlement. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, e00161320, 2020.

ABRANCHES, Monise Viana; OLIVEIRA, Tatiana Coura; JOSÉ, Jackline Freitas Brilhante de São. A alimentação coletiva como espaço de saúde pública: riscos sanitários e desafios trazidos pela pandemia de Covid-19. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, supl. 1, e200654, 2021.

ABBADE, Eduardo. Evolução do sobrepeso e obesidade no contexto dos países da OCDE e do Brasil. **Jornal Brasileiro de Economia da Saúde**, v. 16, n. 2, p. 98-107, 2024.

BAPTISTA, Rafaela C.; RODRIGUES, Heber; SANT'ANA, Anderson S. Consumption, knowledge, and food safety practices of Brazilian seafood consumers. **Food Research International**, v. 132, p. 109084, 2020.

BORTOLINI, Gisele Ane; BASSO, Camila; JAIME, Patrícia Constante. Recomendações para o fortalecimento da implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, n. 2, e1089023, 2025.

CABRAL, Mariana Pompílio Gomes et al. Nutricídio e racismo alimentar na crise neoliberal e socio sanitária da pandemia de COVID-19 no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 33, n. 2, e220740, 2024.

CAMELO, Raphaela Soares da Silva et al. Efeitos e desempenho produtivo da agricultura urbana na saúde coletiva e ambiental na cidade do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 7, p. 2015-2024, 2023.

HOLANDA, Heminelly Souza Barroso de. **Pandemia da Covid-19: efeitos no ambiente alimentar de varejo**. 2023. 126 f. Tese (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

JARDIM, Mariana Zogbi. **Ambiente alimentar no entorno dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional de Belo Horizonte**. 2020. 91 f. Tese – Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

MORAES, Verena Duarte de; MACHADO, Cristiani Vieira; MAGALHÃES, Rosana. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica e agenda (2006–2016). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 12, p. 6175-6187, 2021.

OCHOA AVILÉS, Angelica et al. Incidence of foodborne diseases in Ecuador. **Revista Peruana de Medicina Experimental y Salud Pública**, v. 41, n. 3, p. 273-280, 2024.

PAIM, Marina Bastos et al. **Gordofobia faz mal à saúde**. *Physis*, v. 34, e34096, 2024.

RAMOS, Vanessa Daufenback. **Processo de trabalho, fome e insegurança alimentar em entregadores de comida**. 2023. 188 f. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SANTOS, Sandra Maria Chaves dos et al. Advances and setbacks in the 20 years of the Brazilian National Food and Nutrition Policy. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, supl. 1, e00150220, 2021.

SILVA, Eduarda Emanuela Silva dos; BERNARDINO, Ítalo de Macedo; PEDRAZA, Dixis Figueroa. Insegurança alimentar e nutricional de famílias usuárias da ESF. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 29, n. 1, p. 110-121, 2021.

WILLE, Patrícia Teresinha. **Práticas agrícolas e consumo alimentar**: indicadores para avaliar segurança alimentar em comunidades quilombolas. 2020. 100 f. Tese – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.